

ARTIGO

UBERIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: AS PLATAFORMAS DE APRENDIZAGEM SOB A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO


UBERIZATION OF TEACHER'S WORK: LEARNING PLATFORMS UNDER THE INFLUENCE OF NEOLIBERALISM

MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS SILVA


Rede Municipal de Ensino de Jaboatão dos Guararapes, Jaboatão dos Guararapes, PE, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0003-3605-5188>**LUIZ ALBERTO MONTEIRO DA SILVA**

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

 <https://orcid.org/0009-0001-3603-0290>**ANA LUIZA MIRANDA DOS SANTOS NEVES**

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

 <https://orcid.org/0009-0005-5160-8686>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as formas de precarização do trabalho docente (uberização), sob a lógica do neoliberalismo. Quanto à metodologia, este artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica a partir de uma revisão de literatura com uma abordagem qualitativa. Como resultado final, constatamos que a uberização do trabalho docente está atrelada aos princípios de um mercado neoliberal, tirando do professor os seus direitos de trabalho. Isso é realizado por uma lógica de mercado que demonstra a todo tempo que o exercício docente pode ser substituído por uma formação aligeirada ou pela contratação de plataformas digitais, trocando, então, o trabalho docente pelos lucros do mercado.

PALAVRAS-CHAVE: autonomia; neoliberalismo; trabalho docente; uberização.

ABSTRACT: This article aims to analyze the forms of precariousness of teacher's work (uberization), based on the logic of neoliberalism. The methodology of this article is a bibliographic research carried out from a literature review with a qualitative approach. As a final result, we found that the uberization of teacher's work is linked to the principles of a neoliberal market, taking away from teachers their work rights. This is carried out by a market logic that demonstrates at all times that the teaching exercise can be replaced by a lighter training or by the hiring of digital platforms, exchanging the teacher's work for the profits of the market.

KEYWORDS: autonomy; neoliberalism; teacher's work; uberization.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar as formas de precarização do trabalho docente, em especial, a sua uberização, sob a lógica do neoliberalismo. Essa nova forma de precarização do trabalho se configura pela inexistência de qualquer tipo de proteção social, regulação e estabilidade empregatícia, somando-se a transferência dos riscos da atividade, custos e ferramentas ao próprio trabalhador (Abílio, 2019), inclusive, com a utilização de serviços empresariais lucrativos, como as plataformas digitais Prof-e, Superprof e GetNinjas.

No cenário atual, principalmente após a pandemia, os professores, de modo geral, deixaram de ter sua força de trabalho vinculada formalmente pelas instituições de ensino, passando atuar como trabalhadores liberais no contexto privado (terceirização). Por isso, o fenômeno da terceirização povoou a primeira década, transformando os vínculos empregatícios em contratos despojados de quaisquer garantias robustas contidas na CLT, um indicativo de enfraquecimento da valorização profissional e descartabilidade do trabalhador em Educação. Já na última década, popularizou-se a ampliação de aplicativos de celulares, o serviço chamado de *on demand*, ou seja, o sujeito pagará não mais pela forma de vínculo empregatício, nem mesmo será o contratante, mas apenas um requerente de um serviço específico.

Se antes haveria qualquer óbice à volatilização da figura do professor, agora, cai por terra com o processo de uberização, no qual caracteres como infraestrutura do local de ensino, qualidade da formação docente, valorização profissional, entre outros, não serão mais objetos de fortalecimento às políticas públicas de formação e discussão das extintas comunidades docentes, mas serão meras variáveis no mercado de *commodities* humanas, chamadas: professor.

Neste sentido, então, lançamos mãos dos estudos de Dardot e Laval (2016) e Laval (2019) para compreender como o neoliberalismo se alia à intensificação da precarização do trabalho docente. Elencamos, também, os estudos de Andrade (2016), Venco (2018), Silva (2020), Abílio (2020) para subsidiar as discussões em torno da tendência da uberização do trabalho docente no Brasil. Além disso, vale destacar que contemplamos as principais plataformas digitais (Prof-e, Superprof, GetNinjas) para corroborar com as discussões deste artigo.

O trabalho pauta-se por uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa em torno das discussões sobre a uberização. Portanto, para facilitar a leitura deste artigo, estruturamos o texto em três seções. Na primeira, discutimos as questões sobre o neoliberalismo na educação; na segunda, analisamos, a partir de uma revisão da literatura, a uberização do trabalho docente e suas plataformas e, por fim, concluímos o trabalho, registrando todas as referências utilizadas ao longo desta escrita.

ANFITRIÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA: NEOLIBERALISMO

Iniciamos esta seção com um panorama histórico recente. Para isso, destacamos o perfil progressista que estava no poder executivo do Brasil até final de agosto de 2016, pois no ano anterior havia fornecido indícios de fortalecimento da profissão docente, entretanto, não fora bem visto pelo Banco Mundial, que defendeu o argumento de que a garantia em lei de 30% da

carga horária docente deveria ser destinada a preparação das aulas, se tornaria uma *bomba fiscal* para o Estado brasileiro, pois necessitaria de mais professores para cobrir as ausências dos já efetivados (Folha, 2015). Este mesmo ideário conservador e neoliberal, se fortalece em 2016. Orquestrado pelo parlamento nacional e identidades de classes elitistas, golpeiam na forma democrática do *impeachment*, que define pela deposição da então Presidenta da República Dilma Rousseff (Folha, 2016).

Revisitar esse contexto histórico mais recente (após a deposição da presidenta Dilma Rousseff), atrelado à uma análise política e socioeconômica, nos servirá de balizas à reflexão sobre os encaminhamentos da vida em sociedade e as implicações na condição do sujeito docente. Um primeiro ponto é percebermos a inflexão dos investimentos públicos em Educação, causada pela ruptura da visão progressista, onde o paradigma vigente é o neoliberalismo, que segundo Dardot (2016) tem por ideário permear as subjetividades dos sujeitos, a fim de promover uma ilusão autorregulatória sobre si e sua performance, a possibilidade de uma meritocracia que supostamente se encontra ao alcance de todos, toma uma direção que se manifesta como uma “[...] *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos” (Dardot, 2016, p. 16 – grifo do autor). Tornando o tão sonhado mundo globalizado, que viria integrar os povos, nações, culturas e suas produções, ao elevar as matérias-primas à especulação do capital internacional das *commodities*, decaiu-se o encanto se tornando um pesadelo à ampliação do fosso das desigualdades.

Para compreendermos esta configuração socioeconômica, vale destacar que tais ideais neoliberais começam a ser gestados por volta da década de 70, após a crise econômica que assolou os Estados Unidos e a Europa. Para Dardot (2016), em um cenário de austeridade econômica, abriu-se precedente para que teóricos afeitos a uma ideia mais radical de liberalidade surgisse, como o ensaísta francês Alain Minc que defendia que o capitalismo não pode ruir, pois ele é o estado natural da sociedade. A democracia não é o estado natural da sociedade. O mercado, sim.

O filósofo Dardot elenca que este é um dos discursos que apontam para as prioridades de uma visão neoliberal, e que acaba por corroer as regras, as instituições, os direitos já assegurados, esvaziando um sentido de democracia, através da implementação às maneiras de vivermos, aos modos como nos relacionamos com as nossas subjetividades (Dardot, 2016). Ou seja, “[...] não é apenas uma resposta a uma crise de acumulação, ele é uma resposta a uma crise de governamentalidade” (Dardot, 2016, p. 26).

Nesse sentido, temos em pleno início da terceira década do século XXI, a consolidação ao poder de uma figura que aglutina uma visão híbrida entre charlatanismo, neoliberalismo e posicionamento moral ultra conservador, e, que por vias democráticas elegeu o então Presidente da República Jair Bolsonaro em 2018, de certo modo, um sujeito-símbolo das crescentes mobilizações ditas ‘liberais’, que viria a reduzir o inchaço do Estado brasileiro e suas instituições, aliado a um combate à corrupção de forma efetiva, e um desmantelamento da aparelhagem de ideologia ‘comunista’ na estrutura pública (G1, 2018).

Mal havíamos nos adaptados às novas políticas de austeridade econômica empregadas por uma perspectiva neoliberal e conservadora do governo Bolsonaro que havia se instaurado a partir do último pleito majoritário no país em 2018, somos assolados por uma nova onda de temor: a OMS declarou estado de pandemia global (UNA-SUS, 2020). Foi decretado o início de uma das maiores calamidades das civilizações humanas na contemporaneidade, que expôs em

sobremaneira a fragilidade da vida humana, ampliando as desigualdades socioeconômicas dos mais vulneráveis ao redor do planeta. Após mais de dois anos de início da pandemia, pelo *Sars-Cov-2* e suas variantes, ultrapassamos um alarmante saldo de 660 mil vidas ceifadas pelo vírus e suas complicações no Brasil (Hopkins, 2022).

Esta vulnerabilidade humana que levou milhares de brasileiros à morte, deixou marcas profundas nos sobreviventes que resistiram e ainda resistem às sequelas subsequentes deixadas pelo Covid-19 (Miranda, Gomes, Filgueiras *et al.*, 2022). Esta condição vulnerável se estendeu à Educação e aos docentes brasileiros. Inúmeros profissionais viram-se sem instrumentos para conseguir continuar trabalhando, e com escassas políticas públicas que ainda restaram de um esvaziamento deliberado do governo Bolsonaro na área da Educação.

A perspectiva neoliberal tem estendido seus braços, podemos começar pelo espaço escolar que tem sido encarado como um ambiente de profissionalização. Nesse ínterim, a atividade educacional tem sido vista como mercadoria, no qual a livre concorrência das instituições educacionais é validada pelos índices de sucesso ou fracasso na inserção de seus estudantes ao mercado de trabalho (Laval, 2019).

Estando a escola ao sabor da volatilidade de mercado, gerando perda de autonomia curricular, a figura docente acaba por seguir o mesmo caminho, mais por uma adaptação para a sua própria sobrevivência, do que por uma escolha deliberada sobre a sua formatação de atuação. É preciso reiterar que a visão neoliberal se alimenta de uma crise de governamentalidade, introduz-se por meio das subjetividades, configurando uma perspectiva nefasta na classe docente, que impera uma autorregulação desmesurada de suas práticas, um anseio por elevados índices de desempenho com a utilização de métodos educacionais que sejam os mais eficientes possíveis.

UBERIZAÇÃO DOCENTE E SUAS PLATAFORMAS

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2022), o Brasil apresentou uma taxa de 1,1 milhão de desemprego (pessoas a procura de emprego com idade para trabalhar) no primeiro trimestre de 2022 acompanhado a 4,6 milhões de desalentados (quem está a procura de emprego, mas não o procura por achar que deve não encontrar) no mesmo período (Brasil, 2022). Esses dados demonstram um quadro manchado de tintas fortes pela restrita oferta de trabalho, inclusive no que cerne ao trabalho docente. Nesses moldes, a oferta de emprego e as formas de trabalho ganham novos contornos pela exígua ou nenhuma garantia de direitos trabalhistas da necessidade de subalternizar ao sistema capitalista em face do neoliberalismo de forma cada vez mais precária como é o caso da uberização.

Laval (2019) pontua que não tem uma posição original do que seja a uberização do trabalho. Contudo, o que existe é uma explosão da forma salarial da relação entre o capital e o trabalho, característico do que ele chama de um novo capitalismo de plataforma que tem como base a combinação de uma ideologia empreendedora e dos dispositivos digitais. É o novo mundo do trabalho no qual os proletários são autoempreendedores superexplorações com o ideário de liberdade para trabalhar nos seus termos, usando o tempo que queira dispor, e que afeta, sobretudo, os países desenvolvidos, os jovens que não conheceram direitos trabalhistas sólidos por leis trabalhistas e sindicatos.

Para Abílio (2020), a uberização do trabalho é definida como um processo de informalização do trabalho, em escala global, que não se restringe a empresa Uber e que não foi criada a partir dela, portanto, se faz presente em distintas relações de trabalho, nos mais variados setores da economia, condições de trabalho, formas de qualificação, rendimento e entre outros. A empresa Uber apenas escancarou os processos que envolvem a nova roupagem da informalidade pelo gerenciamento algorítmico por volta de 2014 no Brasil através da responsabilização do trabalho pelo próprio indivíduo empregado.

Nessa conotação, é preciso debruçar-se sobre a uberização do trabalho docente como um processo catalisador da informalização do trabalho do professor e da distância cada vez mais abissal da sua estabilidade empregatícia e dos seus direitos nas mais variadas formas em expansão como resultado do neoliberalismo e da flexibilização da economia. Moura, Mendes e Aquino (2020, p. 69) corroboram com o exposto quando acrescentam que a uberização do trabalho docente vai ao encontro de “[...] um cenário de desvalorização, precarização das condições de trabalho e modalidades de contratação de professores mediante aumento de vínculos débeis – temporários, substitutos –, que assolam a educação pública”. Logo, o fenômeno da uberização docente é mais desafiador que o da fragilidade da contratação e intensificação da precariedade, pois se caracteriza por uma desprofissionalização docente (Andrade, 2019).

Venco (2018), a partir das especificidades das relações de trabalho dos docentes no estado de São Paulo expõe que as formas de contratação verificadas por seus estudos desde o ano de 1968 indicam um trabalho quasi-uberizado. A contratação de professores sem concurso público, a possibilidade de ministrar aulas na condição de alunos de licenciatura e, até mesmo, sem formação específica, são marcas dessa forma de trabalho. Portanto, o trabalho quasi-uberizado se aproxima das características dos motoristas amadores da plataforma Uber.

No estado de São Paulo e no Paraná, por exemplo, há uma quantidade de professores sem uma jornada definida e sem salários fixos por serem desconhecedores da quantidade de aulas que darão e em direitos garantidos. No Paraná, estes profissionais da educação são chamados de Professores-PSS. Em linhas gerais, trata-se de um profissional que foi contratado temporariamente pela Secretaria de Estado da Educação (Seed-PR) por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS). O PSS, então, é uma forma de contratação temporária para atender as necessidades provisórias de interesse público do Estado.

Por esta razão, a terminologia quasi-uberizado é mais apropriada para esses docentes, uma vez que “[...] se assemelha ao trabalhador *just in time*, sempre disponível para assumir aulas de qualquer matéria, mesmo que não as da sua formação, e que eventualmente conta com algum direito, dependendo do tipo de contrato” (Venco, 2018, p. 102 – grifos do autor).

Nesse contexto, um outro exemplo pode ser encontrado na rede municipal da cidade de Petrópolis no estado do Rio de Janeiro. Entre os anos de 2016 e 2019, a contratação de professores ocorreu por Recibo de Vínculo Autônomo. Este documento abre caminho para que a contratação seja estabelecida por tempo determinado, sem processo seletivo público e sem Cadastro da Pessoa Jurídica (CNPJ). Isso significa dizer que os professores recebiam apenas por aulas ministradas, assim como os motoristas de aplicativo recebiam apenas pelas viagens realizadas (Lucena, 2023). O que corrobora para o que Venco (2019) convencionou chamar de trabalho quasi-uberizado.

Especificamente, no caso do trabalhador docente, a ausência da mínima relação entre empregador e empregado culmina no surgimento do professor eventual, que para Silva (2019) é

aquele que não é assegurado pelos marcos mínimos da constituição, que garante aos professores ao menos o salário inicial dedicado a eles e a falta de garantia no emprego, carecendo também de uma identidade relacionada ao trabalho.

Além disso, os docentes eventuais não têm direito a uma jornada de trabalho definida, é avaliado recorrentemente, a formação dos mesmos nem sempre é adequada às necessidades e devem, sobretudo, ter disponibilidade nas horas que são ofertadas (Andrade, 2019). Dito de outra forma, se aproxima da lógica da uberização do trabalho quando se observa que somente diante de necessidades pontuais e esporádicas o docente exerce seu trabalho, sem o estabelecimento de vínculo empregatício com a instituição de ensino solicitante.

O Ensino a Distância (EAD) é um outro elemento importante, sob a lógica da uberização do trabalho docente, tendo em vista que, de certo modo, apresenta similaridades com esse fenômeno. O EAD permite além da transfiguração da imagem do professor a partir dos tutores e mentores, retirar a completude das etapas do processo educativo do professor, entre elas o planejamento das aulas, sanar as dúvidas dos alunos e avaliá-los, resultando na limitação da autonomia docente do enfraquecimento de sua identidade. Soma-se a isso a possibilidade das Instituições do Ead utilizar os serviços dos professores (chamados de professores conteudistas), sem qualquer vínculo empregatício, para produzir conteúdo de acordo com as suas necessidades, que podem ser amplamente reproduzidos e monitorados por essas instituições de ensino (Piolli; Souza, 2017).

No entanto, como se não bastasse a erosão das condições de trabalho já circunscritas, o auto poder de invenção e reinvenção de formas de trabalho em face do neoliberalismo criou uma forma de trabalho mais perversa que não garante sequer uma mínima relação entre empregador e empregado, uma vez que elas não existem. Para Freitas (2016), o indivíduo autônomo arca com possíveis despesas e custos, organiza e gerencializa todo seu trabalho, além de não existir uma contratação por jornada, não protegendo, portanto, o tempo livre do trabalhador.

Abílio (2017) complementa que a uberização é apenas uma nova forma de precarização do trabalho através do uso das novas tecnologias, pois o que se torna preciso é tirar o olho da tecnologia a fim de enxergar o que existe de invisível no precário mundo do trabalho. Nesse contexto, os *charters online* podem ser capazes de alastrar mais a uberização do trabalho docente. O que existe é uma conversão do trabalho vivo para o trabalho morto nas plataformas de aprendizagem *online*, as quais veiculam materiais educativos ou tutores *online* sem a presença viva do professor. Isso acaba acarretando no remodelamento da relação aluno-professor, na presença cada vez maior de uma educação tecnicista e a própria regulação do docente a partir do monitoramento do tempo gasto e de sua remuneração pela plataforma. (Freitas, 2016).

Watzek (2021) pontua que existem plataformas que são encarregadas de suprir as necessidades eventuais das Instituições de Ensino. A plataforma Prof-e é um exemplo de aplicativo encarregado de substituir professores na sua ausência por meio da uberização. Essa plataforma cadastra professores de Ensino Fundamental, Técnico, Médio e Superior para trabalhar por demanda em instituições públicas ou privadas, para os professores que moram no mesmo município as aulas seriam ofertadas presencialmente, caso contrário a distância. Além disso, Moura, Mendes Segundo e Aquino (2021), chama-nos à atenção que esta plataforma custear equipamentos eletrônicos, como notebooks e pagar uma taxa de inscrição que

corresponde a R\$ 20,00 para o Ensino Fundamental, R\$ 30 para o ensino médio e técnico e R\$ 40 reais para o ensino superior.

Nessa mesma conotação, a plataforma Prof-e não é a única ofertar serviços na ordem já elencada, a empresa GetNinjas é detentora do maior aplicativo para contratação da América Latina, dispondo de mais de 200 serviços, entre eles professores, seja de reforço, ensino profissionalizante, ensino superior, ensino básico, idiomas e outros. Essas plataformas de oferta de professores podem penalizá-los com bloqueios e suspensões em virtude das avaliações dos usuários. O tempo de deslocamento, para a preparação e planejamento de aulas e cursos formativos continuados também deixam de ser considerados.

Como exemplo das novas formas de precariedade do trabalho docente no Brasil por meio do fenômeno da uberização na Educação, outro exemplo pode ser encontrado pela prefeitura de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo. Para ocasião, foi criado um aplicativo o qual tem como objetivo ofertar vagas para professores substitutos trabalharem temporariamente. Essa modalidade de trabalho estabelece um intervalo de 30 minutos para convocação e resposta do professor com o intervalo de uma hora para o professor se deslocar e chegar na escola que está concedendo às aulas. Contudo, ao menos momentaneamente, o Conselho Municipal de Ribeirão Preto rejeitou a proposta e vetou o projeto (Venco, 2019).

Para manifestar repúdio a Plataforma Colaborativa de Professores por demanda (Prof-e) e, conseqüentemente, a qualquer outra estratégia de uberização do trabalho docente, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) emitiu uma nota de repúdio em fevereiro de 2020 a respeito das implicações dessa tendência de precariedade do trabalho docente. A nota elenca que direitos como férias, décimo terceiro salário, remuneração por preparação das aulas e outros direitos trabalhistas são extintos sob essa lógica. Além disso, chama atenção no que toca a ausência do professor, uma vez que ela não é pensada como consequência do adoecimento em virtude da precariedade do trabalho, mas como um problema que pode ser resolvido com o surgimento do Uber da educação.

Nesse quadro nefasto, Freitas (2016a) indica elementos que conduzem a uberização do trabalho docente a partir da Reforma Trabalhista (que se efetiva com sua aprovação), lembrando que o contrato de trabalho por hora, a ampliação das horas de trabalho são legalizadas e a terceirização que se estende às atividades-fim. Especificamente, na área da Educação, vale ponderarmos que a contratação de profissionais por *notório saber* como forma de qualificação dos professores é uma implicação da Reforma Trabalhista e da Reforma do Novo Ensino Médio. No caso desta última, resultando na diminuição de postos de trabalho para professores concursados e licenciados a fim de poder estender aos demais itinerários.

No que se refere à reforma trabalhista, instituída pela Lei 13.467, suas relações com a Lei 13.415 tornam-se evidentes quando nos reportamos à flexibilização quantitativa produzida pelo neoliberalismo nas relações de trabalho, uma vez que essa reforma é um exemplo cabal de tal flexibilização, tal a desregulamentação que promoveu na legislação até então vigente a qual beneficia mais o empresariado que os trabalhadores. Destaco, por exemplo, a possibilidades abertas para que o negociado por acordos coletivos sobreponha-se ao legislado, para a extensão da jornada de trabalho 12x36 tornar-se extensiva a todas as categorias profissionais, para a contratação sob a forma de trabalho intermitente, para a extensão dos processos de terceirização às atividades-fim da empresa (Ferretti, 2018, p. 36).

A respeito desse *notório saber* como uma tendência para a uberização do trabalho docente, Freitas (2016b) destaca que essa prática já opera no Brasil e em outras partes do mundo como ocorre nos Estados Unidos (EUA). A organização social sem fins lucrativos *Ensina Brasil* (financiada pela Fundação Lemann e Itaú Social ligada à empresa *Teach For All*) atua no ramo da educação formando professores através de um treinamento de cinco semanas.

Em outras palavras, o professor finaliza sua formação em dois anos em serviço, podendo atuar em instituições de ensino de governos parceiros. Uma das implicações dessa formação insuficiente se dá por submeter os alunos a condição de cobaias para os professores findarem sua formação.

Em conformidade com o exposto, as tendências de precarização do trabalho docente, entre elas a própria uberização, ferem o que é indicado pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) quando no artigo 67 assegura que:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III - piso salarial profissional; IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI - condições adequadas de trabalho (Brasil, 1996, online).

A partir do trecho supracitado da LDB (Brasil, 1996) se constata que muito do que é assegurado pelo documento não se materializa na prática. A uberização como uma forma mais perversa de precarização do trabalho docente não garante sequer um benefício assegurado aos docentes eventuais. A ideia de que o trabalhador é seu próprio gestor traz consigo a expropriação de direitos, comprovando que a educação escolar não está imune às mudanças da reorganização produtiva, sob a lógica neoliberal no mundo contemporâneo. Mesmo que LDB indica que os profissionais da educação não devem abrir mão da exigência por concurso público, na prática, o cenário é outro. O artigo 85 da referida lei elenca o seguinte princípio:

Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não-concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos Arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Brasil, 1996, online).

Diante de tais considerações é possível entender que apesar do Brasil dispor de leis e outras normativas que asseguram ao trabalho docente condições minimamente dignas de valorização profissional e de sobrevivência, o que se observa na prática é a desconstrução identitária do docente a partir da ausência de freios legais as tendências neoliberais e de precarização do trabalho docente com contornos cada vez mais acentuados, como é o caso da uberização na educação. Como se pode observar, a precarização do trabalho docente tem raízes históricas e a uberização do trabalho docente não é um fenômeno estritamente novo, mas

que vai se moldando ao longo dos últimos anos na lógica do neoliberalismo e seus desdobramentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é de hoje que as entranhas do neoliberalismo vêm respingando no sistema educacional, fazendo do mesmo um sistema capitalizado. Em outras palavras, o sistema neoliberal é a fonte para fortalecer o capitalismo no mundo global. Ao longo do texto, discutimos o debate envolvendo as plataformas como meio de mobilização da uberização do trabalho docente, fazendo com que a desvalorização e deslegitimação da autonomia da profissão docente fique evidente pelo uso de plataformas digitais que buscam apagar os vínculos de trabalho, romantizando a ideia de não se ter um patrão e, assim, existir a disposição de certa liberdade, fazendo com que essas ideias ilusórias corroborem cada vez mais para precarização da docência.

Em linhas gerais, entendemos que a figura docente tem sido transformada de forma paulatina em mais uma personagem etérea dos enredos neoliberais, pois seus autores perfazem um cenário cada vez mais árido nas condições de equidade e menos democrático nas formas de acesso à Educação, direitos, serviços e bens de consumo. Não é raro perceber que, cada vez mais, nos distanciamos de preceitos fixados pela última Lei de Diretrizes de Base da Educação (Brasil, 1996) que assegura uma série de critérios e ordenamentos para que se cumpra o exercício docente com dignidade assegurada.

Como resultado final, então, constatamos que a uberização do trabalho docente está atrelada aos princípios de um mercado neoliberal, tirando do professor, seus direitos de trabalho. Isso é realizado por uma lógica de mercado que demonstra a todo tempo, que o exercício docente pode ser substituído por uma formação aligeirada ou pela contratação de plataformas digitais, trocando, então, o trabalho docente pelos lucros do mercado.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020.

ABÍLIO, L. C. Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**, São Leopoldo, v.--, n. 503, p. 20-28, 2017.

ANDES. Sindicato Nacional. **Nota de Repúdio à Plataforma Colaborativa de Professores por Demanda: Contra a Uberização do Trabalho Docente**. 2020. Disponível em: <https://encr.pw/dgxfC>. Acesso em: 28 de mai. de 2022.

ANDRADE, R. C. A formação-atuação docente em tempos de ofensiva neoliberal: alguns apontamentos. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 53, p. 53-92, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DOU, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 de maio 2022.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad)**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 22 de mai. 2022.

COVID-19 DA SHBOARD. **Johns Hopkins University**. 2022. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 9 de jun. 2022.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIRANDA, D. A. P.; GOMES, S. V. C.; FILGUEIRAS, P. S. et al. Long COVID-19 syndrome: a 14-months longitudinal study during the two first epidemic peaks in Southeast Brazil. **Revista Transactions of The Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene**, v. 116, n. 11, 2022.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018.

FREITAS, L. C. Caraterização e Uberização: destruindo profissões. **Blog do Freitas**. 2016. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ZK2tW>. Acesso em: 24 de mai. 2022.

GOMES, J. S. **Uberização da educação**: como a uberização avança sobre o trabalho docente na realidade brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2019.

LAVAL, C. A uberização é uma extensão da racionalidade empreendedora: entrevista com Christian Laval. **Digi Labour - Laboratório de Pesquisa**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/nuWvR>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

LUCENA, L. B. **A uberização do trabalho docente**. 2023. 37 f. TCC (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, Vitória de Santo Antão, 2023.

MAZUI, G. Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT. **Portal G1**. 2018. Disponível em: <https://encurtador.com.br/utWl3>. Acesso em: 09 de jun. 2022.

PINTO, A.; TAKAHASHI, F. Brasil criou bomba fiscal na educação, diz diretora do Banco Mundial. **Folha de S. Paulo**. 2015. Disponível em: <https://encurtador.com.br/RxqVU>. Acesso em: 9 de jun. 2022.

PIOLLI, E.; SOUSA, A. L. H. Mercantilização do ensino superior e precarização do trabalho docente: o caso da educação a distância. In: Encontro Brasileiro da REDESTRADO, 2017, Campinas. **Anais eletrônicos [...]** Campinas: Unicamp, 2017. Disponível em: http://anaisbr2017.redeestrado.org/files/abstracts/000/000/426/original/artigo_para_redeestrado_2017_-_final.pdf. Acesso em: 30 de out. 2024.

SENADO CASSA MANDATO DE DILMA. **Folha de S. Paulo**. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808784-senado-cassa-mandato-de-dilma-congresso-dara-posse-efetiva-a-temer.shtml>. Acesso em: 9 de jun. 2022.

SUPERPROF. **Encontre o Professor Perfeito**. 2022. Disponível em: <https://www.superprof.com.br>. Acesso em 14 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE DECLARA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS. **UNA-SUS**. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 9 de jun. 2022.

WATZECK, J. R. A Uberização da Docência: A Expropriação dos Direitos do Professor. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, Jundiaí, v. 2, n. 11, p. 1-10, 2021.

VENCO, S. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 1-17, 2019.

SOBRE OS AUTORES

MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS SILVA

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é professor da Rede Municipal de Ensino de Jaboatão dos Guararapes.

E-mail: marcus.santossilva@upe.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3605-5188>

LUIZ ALBERTO MONTEIRO DA SILVA

Mestrando em Educação e Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: luiz.alberto_contatos@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0009-0001-3603-0290>

ANA LUIZA MIRANDA DOS SANTOS NEVES

Mestranda em Educação e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-graduada em Psiquiatria, Saúde Mental da Infância e da Adolescência pelo Child Behavior Institute.

E-mail: analuiza.neves@ufpe.br

 <https://orcid.org/0009-0005-5160-8686>

SOBRE ESTE ARTIGO

HISTÓRICO

Recebido em: 29/10/2024 | Aprovado em: 13/11/2024 | Publicado em: 20/11/2024

LICENCIAMENTO

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).


COMO CITAR

SILVA, M. V. dos S.; SILVA, L. A. M. da; NEVES, A. L. M. dos. S. Uberização do trabalho docente: as plataformas de aprendizagem sob a influência do neoliberalismo. **Revista Formação**, v. 1, e008.

EDITOR RESPONSÁVEL

Jonathas de Paula Chaguri (UPE)

E-mail: jonathas.chaguri@upe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7525-9653>